

# Karl Marx, nosso contemporâneo<sup>1</sup>

*Karl Marx, our contemporaneous*

João Paulo Netto\*

## **Resumo**

Esta intervenção, fazendo referência aos quadros ideológicos dos “tempos conservadores”, aponta que o legado de Marx vem recuperando a sua vigência em razão das condições contemporâneas do desenvolvimento capitalista – que exige uma crítica radical da ordem burguesa.

Palavras-chave: tempos conservadores; crise do marxismo-leninismo; contemporaneidade de Marx.

## **Abstract**

*This intervention, referring to the ideological frameworks of “conservative times,” states that the legacy of Marx is regaining its validity because of the contemporary conditions of capitalist development – which requires a radical critique of the bourgeois order.*

*Keywords: conservative times; crisis of marxism-leninism; contemporary of Marx.*

---

<sup>1</sup> Intervenção na sessão de abertura do *Colóquio Internacional Marx e o marxismo/2013*, com o tema “Marx hoje, 130 anos depois”, promovido em Niterói (RJ) em outubro-novembro de 2013, pelo NIEP/UFE.

\* Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor da Escola Nacional Florestan Fernandes (MST). Organizador do volume *O leitor de Marx* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012), alguns de seus principais ensaios sobre Marx estão coligidos em *Marxismo impenitente. Contribuição à história das ideias marxistas* (S. Paulo: Cortez, 1ª. ed., 1ª reimp., 2012).

Cento e trinta anos depois da morte de Marx, o pensamento e a obra marxianos inscrevem-se hoje na cena histórica com impressionante atualidade.

É obviamente impossível, nos limites de uma intervenção como esta, discutir com o cuidado necessário as razões dessa *contemporaneidade* de Marx.

No que a mim me diz respeito, pretendo hoje, de modo sumário e eventualmente polêmico, tão somente indicar alguns elementos constitutivos dessa contemporaneidade, sugerindo preliminarmente que ela emergiu no curso dos últimos quarenta anos (ou seja, a partir de meados da década de 1970). E como esta sugestão pode parecer paradoxal, devo começar exatamente por ela.

## I

Nos anos 1960, num lapso de meia década (1965-1970), afirmou-se vigorosa e enfaticamente tanto a vigência de Marx quanto a sua morte<sup>2</sup>. À *primeira vista*, nenhuma novidade: até então, por pelo menos meio século, tinham se sucedido confrontos e debates que, conforme a posição teórica e/ou ídeo-política dos polemistas, sustentavam seja a atualidade de Marx, seja a anacronização do seu pensamento – mas só à *primeira vista*; naquela conjuntura, a afirmação *Marx morreu* prenunciava algo inédito.

De fato, a década de 1970, inicialmente na Europa Ocidental, porém em seguida ganhando dimensões extra-europeias e chegando a espalhar-se depois em escala mundial, assinala o que haveria de marcar todo o último terço do século XX e a passagem ao nosso século e que seria conhecido sob a justa designação de “tempos conservadores” (Cf. CUEVA, 1989). Nesses cerca de quarenta anos, mercê de operoso trabalho realizado nos marcos do pós-estruturalismo e que desagou nas correntes pós-modernas, acumulou-se um enorme acervo ideológico dirigido contra Marx e a sua herança intelectual – reiterou-se e repetiu-se à saciedade, pela enésima vez em todos os quadrantes, a morte de Marx. Mas a novidade, posta ao fim dos anos 1980, foi o recurso a um dado inexistente nas anteriores e já rançosas cruzadas anti-Marx: o colapso do chamado *socialismo real* pareceu oferecer a demonstração empírica da efetiva falência e do óbvio anacronismo de Marx – e logo esta “prova da história” foi invocada, na sua imediaticidade, para atestar as exéquias do pensamento marxiano e marxista. O recurso a este dado fático constituiu a peculiaridade do antimarxismo então generalizado.

A substância desse acervo ideológico não trouxe nenhum elemento novo e substantivo para qualquer crítica de valia à obra de Marx: inicialmente, reiterou os velhos clichês do “reducionismo econômico”, do “método monocausalista” e do

<sup>2</sup> Cf., por exemplo, de um lado, a assertiva de Sartre – “o marxismo, como quadro formal de todo pensamento filosófico de hoje, é insuperável” (SARTRE, 1965, p. 113) – e as intervenções no colóquio internacional promovido pela UNESCO (Paris, maio de 1968) na passagem dos 150 anos de nascimento de Marx (Vv. Aa., *Marx vivo*, 1969); e, de outro lado, J. M. Benoist, *Marx est mort* (1970).

“fatalismo histórico” (colados ao “evolucionismo” e ao “teleologismo”) etc. – embora seja certo que os tenha vinculado às polêmicas acerca dos paradigmas científicos das “ciências duras”<sup>3</sup> e, quase em simultâneo, à crítica da Ilustração e da Modernidade. No processo do colapso do chamado *socialismo real*, o ingrediente explicitamente ídeo-político hipertrofiou-se e saturou não só a recusa teórica de Marx, mas conectou-a à defesa de valores como liberdade e democracia, identificados em geral com a ordem capitalista<sup>4</sup>. (A mais óbvia e grosseira resultante desse consórcio entre epistemologia e ideologia (ambas em sentido estrito) a serviço da ordem é a negação da categoria – ontológica e teórico-metodológica – de *totalidade*, central no pensamento de Marx, por via do estabelecimento de uma relação causal entre ela e o que liberais e conservadores denominam “totalitarismo”).

A peculiaridade do antimarxismo generalizado com o colapso do chamado *socialismo real* foi reforçada ainda por dois fenômenos sociais concorrentes, aliás intimamente ligados, e que aqui não posso senão pontuar: as derrotas experimentadas no pós-1968 pelo movimento operário e socialista (as lutas sociais tornaram-se sobretudo defensivas) e a capitulação (teórica e política) de parte significativa da *intelligentzia* até então vinculada a movimentos progressistas e mesmo revolucionários – este último fenômeno não é propriamente novo, mas adquiriu na sequência de 1989 uma magnitude, a meu juízo, inédita.

Todavia, na peculiaridade do antimarxismo próprio dos “tempos conservadores” comparecem linhas-de-força que não emergem apenas a partir do colapso do chamado *socialismo real*: colocam-se também complexos de questões característicos das sociedades capitalistas (centrais, semiperiféricas e periféricas) em seu estágio contemporâneo – complexos que vão do estatuto do trabalho às condições da sociabilidade de amplíssimas categorias sociais (*v.g.*, mulheres, grupos étnicos, juventude), da cultura aos riscos de catástrofes ecológicas etc. Tais problemáticas, no quadro dos “tempos conservadores”, foram recolhidas e processadas especialmente no âmbito do antimarxismo, com o trato a elas oferecido frequentemente utilizado para indicar a inépcia de Marx e seus continuadores para enfrentá-las (é o caso, um exemplo dentre inúmeros, dos “estudos culturais”, nos quais o antimarxismo encontrou fértil terreno – cf. Eagleton, 2005).

Se a perspectiva de análise aqui sumariamente sinalizada tem pertinência, os “tempos conservadores” não expressam tão somente o impacto do colapso do chamado *socialismo real* sobre a *intelligentzia*: neles confluem também as transforma-

<sup>3</sup> Mediante procedimentos frequentemente equivocados, como depois o denunciaram – referindo-se aos pós-modernos – A. Sokal e J. Bricmont (1999).

<sup>4</sup> Sabe-se bem da ressonância imediata das ideias de F. Fukuyama, expressas em ensaio publicado em 1989 e estendidas em *O fim da história e o último homem* (1992).

No caso dos pós-modernos, cumpre observar que a identificação referida é formalmente recusada por alguns pensadores influentes; cf., a propósito, as notações de Boaventura de Sousa Santos (1995) apontando para a distinção entre “pós-modernismo inquietante ou de oposição” e “pós-modernismo reconfortante ou de celebração”.

ções societárias então emergentes e o processo de crise que, nas sociedades capitalistas (especialmente nas centrais), promoveu a erosão do *Welfare State*, claramente explicitado a partir da entrada dos anos 1980. Os “tempos conservadores” expressam a intercorrência de dois processos históricos – as crises do chamado *socialismo real* e do *Welfare State*<sup>5</sup>. O que significa, igualmente, dizer, mais uma vez, que a produção própria da *intelligentzia* – a produção de ideias – está sempre vinculada *mediatamente* a suportes sócio-materiais; ou ainda: as construções ideológicas refratam condições históricas reais no interior de quadros de referências que abrem alternativas plurais a partir de dinâmicas ideais com ponderável nível de autonomia.

Os “tempos conservadores” refratam, pois, as condições históricas das sociedades capitalistas pós-1970 e na conjuntura do colapso do chamado *socialismo real*. Apreendem, assim, mesmo que desfiguradamente, traços constitutivos dessas condições históricas efetivas, em construções ideológicas orientadas, intencionalmente ou não, para a manutenção da ordem constituída (o que não exclui, é claro, reservas adjetivas em face desta ordem). Estrutural e funcionalmente, tais construções, menos que legitimar abertamente a ordem constituída, operaram com eficácia no sentido de cancelar a alternativa da sua crítica radical – essencialmente, elaboraram o arcabouço contemporâneo do que Lukács caracterizou como *apologia indireta* da ordem burguesa e, com isto, exilaram Marx e seu pensamento do horizonte teórico-cultural por quase três décadas.

Entretanto, o exílio de Marx não haveria de ser longo: desterrado pela porta da frente dos “tempos conservadores”, esse incômodo cidadão logo voltaria à cena pelas portas arrombadas da mansão capitalista. Porque não é viável dissimular, escamotear, mistificar ou velar por longo prazo a plena dissonância entre realidade e construção ideológica. Quando os suportes sócio-materiais dos “tempos conservadores” começaram a revelar o fosso entre a processualidade efetiva da vida social e as suas concepções e visões ideológicas, colocaram-se as condições para que a anunciadamente definitiva *morte* de Marx se mostrasse um equívoco pleno e o seu funeral um projeto inexecutável.

O celebrado “fim da história” – resumido, ademais do colapso do chamado *socialismo real*, em *economia de mercado e democracia representativa* – confrontou-se, nos anos 1990, com o prelúdio de uma *crise sistêmica da ordem burguesa*: emergindo no âmbito econômico-político, esta crise afeta o conjunto das instituições sociais e vulnerabiliza, pela raiz, a organização social em escala planetária. Aos primeiros sinais dessa crise, tornou-se claro que já não era mais possível

<sup>5</sup> A discussão acerca dessa intercorrência permanece em aberto. Vale destacar que, na original e polêmica abordagem de I. Mészáros (2003), o fundo da problemática encontrar-se-ia numa crise estrutural do *regime do capital* (e não do *sistema capitalista*).

continuar sustentando que *Marx morreu*<sup>6</sup>: o quase exclusivo monopólio ideológico exercitado desde os anos 1970 pelo antimarxismo dos “tempos conservadores” dava as primeiras mostras do seu exaurimento e emergiam os supostos para um renascer da influência do pensamento e da obra marxianos.

## II

Se o colapso do chamado *socialismo real* não significou a morte de *Marx*, significou, em troca, a morte de *um* Marx e de *uma* versão da sua obra – ambos cristalizados na vulgata difundida pelo stalinizado *marxismo-leninismo*. Esse Marx e o correlato *marxismo-leninismo*, de algum modo já esboçados em escritos de publicistas da Segunda Internacional e prolongados na transição dos anos 1920 aos anos 1930, viram-se canonizados na segunda metade desta década<sup>7</sup> e convertidos em legitimadores da ordem pós-revolucionária soviética e da atividade dos seus aparatos (o PC da URSS, a Terceira Internacional e os PCs a ela vinculados). Esse Marx e esse *marxismo-leninismo*, sabe-se, universalizaram-se nos círculos comunistas como o parâmetro da elaboração marxista *verdadeira e justa*; e mesmo a crítica oficial do “dogmatismo”, mais a denúncia do “culto à personalidade”, ambas abertas com o XX Congresso do PCUS (1956), dadas as suas óbvias limitações, não afetaram substancialmente o seu conteúdo (Cf. Labica, 1991), que permaneceu dominante em materiais (tanto nos “profundos” quanto nos “pedagógicos”) divulgados nos anos 1960 e até 1970<sup>8</sup>. Vinte anos depois do XX Congresso, quadros comunistas ainda foram formados neste molde.

<sup>6</sup> Dois indicadores dessa percepção acerca da “ressurreição” de Marx: 1º) o insuspeito (nessa questão) *New York Times*, quando do sesquicentenário do *Manifesto do partido comunista*, reconheceu que “o patrimônio de Marx ressurgiu depois de 150 anos” (edição de 27/06/1998) e o *Times* (igualmente insuspeito no assunto), dez anos depois, diante da imparável turbulência da economia capitalista, não hesitou em dizer de Marx que “ele voltou!” (edição de 20/10/2008); 2º) em meados da primeira década do século XXI, conhecido e louvado mistificador publicou, com grande sucesso, uma nova “biografia” de Marx, identificando-o como “o espírito do mundo” (Cf. J. Attali, *Karl Marx ou o espírito do mundo*, 2007; critiquei essa mixórdia em “Marx por Monsieur Attali: a incongruência intelectual como guia”, 2008).

<sup>7</sup> Com a contribuição pessoal de Stalin à *História do partido comunista (bolchevique) da URSS*, publicada em 1938 – o texto staliniano sobre “o materialismo dialético e o materialismo histórico” está disponível em J. P. Netto (org.) (1982).

É relevante lembrar que tanto o marxismo dominante na Segunda Internacional quanto a elaboração dos pensadores marxistas, mesmo ligados à Terceira Internacional, até meados dos anos 1920 não contaram com o suporte de alguns textos seminais de Marx – G. Plekhanov, R. Luxemburgo, V. I. Lenin, G. Lukács, K. Korsch *et alii* (inclusive A. Gramsci que, como se sabe, a partir da sua prisão, em novembro de 1926, teve suas leituras limitadas pela censura carcerária) desconheciam, por exemplo, os até então inéditos *Manuscritos econômico-filosóficos de Paris* e *A ideologia alemã* (dados à luz em 1932), para não mencionar os fundamentais *Grundrisse...* (cuja primeira edição data de 1939-1941). Para uma informação geral pertinente, cf. E. J. Hobsbawm (1979) e também as contribuições de H. E. Gama Cerqueira e R. Hecker a J. A. de Paula (org.) (2010).

<sup>8</sup> Como paradigma de material “profundo”, cf. V. O. Kuucinen *et alii*, *Fundamentos do marxismo-leninismo*, elaborado na sequência do XX Congresso do PCUS e traduzido em vários idiomas (versão portuguesa de 1962); de material “pedagógico”, cf. M. Harnecker, *Conceitos elementares do materialismo histórico* (1969), também vertido em muitos idiomas.

Da mesma forma que não se pode equalizar toda a elaboração própria à Segunda Internacional aos materiais em que as ideias de Marx eram rasamente interpretadas segundo um padrão mecanicista e/ou de cariz positivista – basta pensar, por exemplo, em Rosa Luxemburgo –, também não se pode reduzir o acúmulo intelectual marxista, entre os anos 1930 e 1960, ao *marxismo-leninismo* stalinizado<sup>9</sup> (que, de fato, não rompeu com o marxismo dominante na Segunda Internacional<sup>10</sup>). Mas foi exatamente este complexo ídeo-político – perfeitamente qualificável como “marxismo vulgar” (Lukács) – que tanto o movimento comunista stalinizado e os seus antagonistas consagraram como *a* herança marxiana e *o* patrimônio marxista.

Para o movimento comunista stalinizado, em especial para o seu centro (leia-se: a URSS), o *marxismo-leninismo* era vital como componente “teórico” para o funcionamento do seu sistema: de uma parte, diante deste, o nulo potencial crítico do *marxismo-leninismo* reduzia ao extremo quaisquer incidências retoras ou corretoras sobre as práticas sociais que se lhe tornaram peculiares; de outra, amarrando a “teoria” às decisões econômicas e políticas tático-conjunturais, engendrava uma unidade “teoria-prática” inteiramente pragmática (quando não puramente oportunista). E ainda oferecia a legitimação para exemplarizar as divergências e o dissenso teórico e político: posto o *marxismo-leninismo* como *verdadeiro e justo*, qualquer “desvio” configurava um atentado à inteireza, *verdadeira e justa*, da “doutrina” – pois era como “doutrina” que se perfilava o *marxismo-leninismo*.

Evidentemente, para se apresentar assim a herança teórica de Marx, ademais de expedientes burocrático-administrativos e políticos da mais variada ordem, foram necessárias adulterações de extrema magnitude e procedimentos metodológicos que nada tinham a ver com a textualidade e/ou o expresso sentido da obra marxiana – do abastardamento ou ocultação de categorias teóricas

<sup>9</sup> Isto vale especialmente para o marxismo diferencialmente processado fora das fronteiras do “campo socialista” (pense-se, para citar uns poucos entre muitos, em H. Vallon, H. Lefebvre, L. Goldmann, V. G. Childe, C. Hill, M. Dobb, G. Thomson, R. Williams, L. Kofler, I. Deustcher, R. Rosdolsky, A. Hauser, C. L. R. James, H. Marcuse, P. M. Sweezy, S. Kuruma, K. Uno) ou por intelectuais cuja vida decorreu apenas parcialmente dentro de tais fronteiras (por exemplo, E. Bloch e, noutra medida, O. Lange); a situação peculiar do marxismo italiano e alemão no período em tela (1930-1960) não pode ser considerada aqui. No caso dos marxistas do “campo socialista”, o monopólio oficial (mesmo exercido em nível diverso – *v.g.*, a experiência iugoslava) do *marxismo-leninismo* mostrou-se eficaz, por razões óbvias, para travar as tendências diferenciadoras e amesquinhar a criatividade intelectual (ainda que excepcionalmente não tenha impedido elaborações de grande valia – *v.g.*, G. Lukács); somente após 1956 aquele monopólio foi rompido.

É larga a bibliografia sobre as questões implicadas aqui, mas duas referências são básicas: H. Marcuse. *O marxismo soviético: Uma análise crítica* (1969) e P. Anderson, *Considerações sobre o marxismo ocidental: Nas trilhas do materialismo histórico* (2004); para análises de outro cariz, porém ricas, vale recorrer a G. Stedman Jones *et alii*, *Western Marxism: A Critical Reader* (1978).

<sup>10</sup> A ruptura *política* entre a Segunda e a Terceira Internacionais não significou, de fato, uma ruptura *teórica* – sabe-se como as primeiras expressões que apontavam decisivamente para esta última (objetivadas, em 1923, em *História e consciência de classe*, de G. Lukács, e em *Marxismo e filosofia*, de K. Korsch) foram logo asfixiadas. As reflexões de A. Gramsci também se orientavam no sentido dessa ruptura teórica, mas só foram desenvolvidas depois e, dadas as condições de trabalho a que ele esteve submetido e o destino da sua obra, não incidiram nos debates da época.

e heurísticas (v.g., a *mediação* e o *modo de produção asiático*) ao aberto mecanicismo (recorde-se o peso conferido ao “fator econômico” e o uso/abuso instrumental da relação “base-superestrutura”), chegando ao mais franco determinismo (lembre-se a “inevitabilidade” do socialismo) <sup>11</sup>. E, também evidentemente, esse *marxismo-leninismo* operou como efetivo vetor de banalização e travagem do evoluir da pesquisa marxista. Trata-se de um “marxismo” em face do qual, seguramente, Marx repetiria a frase que, segundo Engels, teria dito a propósito da vulgarização de suas ideias na França: *Certo é que não sou marxista* <sup>12</sup>.

Ora, os antagonistas de Marx que protagonizam o antimarxismo dos “tempos conservadores” tomaram, conscientemente ou não, *esse* Marx e *esse marxismo-leninismo* tal como os marxistas-leninistas o promoveram: como *o* Marx e como *o seu legado*. Claro está que fazer a crítica *desse* Marx e *desse* legado não é tarefa difícil – e o grosso do antimarxismo fez e repetiu, como disse acima, com novos ingredientes adjetivos, uma tal crítica, a que não faltam, é preciso dizê-lo, elementos fundados e pertinentes. Mas a crítica é infundada e impertinente se se propõe como referida a Marx e à sua obra, como também é mistificação atribuir a características do pensamento marxiano a paralisia da pesquisa no quadro do *marxismo-leninismo*.

O colapso do *socialismo real* derruiu os suportes sócio-materiais da ideologia constelada no *marxismo-leninismo*; objetivamente, ela carece hoje de qualquer eficácia social (mesmo que o peso da sua hipoteca ainda se faça sentir) e de qualquer funcionalidade (salvo para que o antimarxismo dos “tempos conservadores” se retroalimente). Por seu turno, a crise sistêmica da ordem do capital, já prenunciada e conectada a um novo fluxo de lutas sociais, oferece fortíssimas evidências do começo do fim do celebrado *fim da história*. Criam-se, assim, condições para uma nova (re)leitura de Marx e um novo estágio de desenvolvimento do pensamento marxista <sup>13</sup>.

### III

No seu inconfundível estilo juvenil, Marx observou certa feita que “não basta que o pensamento procure realizar-se; a realidade deve igualmente compelir ao pensamento” <sup>14</sup>. Pois bem: é a realidade do mundo contemporâneo, a dinâmica efetiva atual da ordem do capital, que compele ao pensamento de Marx, à *teoria social* de que ele, ao longo de quatro décadas de pesquisa e de paixão revolucionária, elaborou os fundamentos. Se, nos “tempos conservadores”, o *poder da ideolo-*

<sup>11</sup> É dispensável aqui a referência a fontes, uma vez que há uma larga e diferenciada documentação *marxista* (ou influenciada pelo marxismo) que contribui para a crítica do *marxismo-leninismo* stalinizado.

<sup>12</sup> Carta de Engels a Bernstein (2/3 de novembro de 1882) – cf. K. Marx-F. Engels (1967, p. 388).

<sup>13</sup> Entre as condições dessa (re)leitura de Marx está a retomada – em novas bases – do projeto editorial da publicação da sua obra, a *MEGA*<sup>2</sup>. A propósito, cf. a contribuição de Leonardo de Deus ao volume organizado por J. A. de Paula, citado, *supra*, na nota 8.

<sup>14</sup> Cf. K. Marx, “Crítica da filosofia do direito de Hegel. Introdução”, in K. Marx (2005, p. 152).

gia (Mészáros) e dos aparatos que ela expressa pôs Marx porta afora do estabelecimento capitalista, é a história do capitalismo enquanto *história a quente*, história contemporânea, que arromba todas as portas e o põe casa adentro.

A dinâmica do capitalismo contemporâneo, expurgado da cena o *socialismo real*, é hoje uma dinâmica planetária. Consumada esta planetarização no curso do último terço do século XX, o regime do capital se apresenta embasado numa constante e mais rápida revolução tecnológica no âmbito da produção de bens materiais, engendrando riquezas sociais que se distribuem de modo extremamente desigual (em âmbito regional, nacional e mundial), modificando velozmente a estrutura da divisão sócio-técnica do trabalho e as formas de estratificação social, constituindo uma ordem econômico-política intensivamente concentradora de renda, propriedade e poder político, saturando com a lógica mercantil o conjunto das interações sociais e das expressões culturais e reificando-as ao limite, bem como submetendo à lógica mais destrutiva a relação sociedade/natureza – e toda esta complexa dinâmica se opera através de reiterativa instabilidade econômico-social, presentificada na cronificação de crises.

A observação sistemática do capitalismo contemporâneo demonstra que esta caracterização (obviamente sumária) é inquestionável – salvo, é claro, pelos seus apologistas mais descarados. Atesta-o a massa dos materiais produzidos por agências oficiais, instituições supranacionais, departamentos universitários e institutos de pesquisa, que é objeto de *interpretações* muito diversas – mas os *processos* que neles se expressam são inegáveis<sup>15</sup>.

Ora, é precisamente aqui que *a realidade compele ao pensamento de Marx* – porque tais processos foram tomados pela teoria social marxiana, há mais de um século, como *tendências estruturais* do regime do capital, inferidas a partir da descoberta e da análise das leis de desenvolvimento deste regime<sup>16</sup>. O exame rigo-

<sup>15</sup> Não posso, neste espaço, deter-me minimamente sobre este ponto central. Apenas indico que os dados acumulados pelos estudos sobre a velocidade com que a inovação tecnológica se insere nos processos produtivos, a centralização e a concentração de capitais e a sua “volatilidade” (hipertrofiadas as operações especulativas), a mutabilidade dos “mercados de trabalho”, a *pauperização* (relativa e/ou absoluta) e o *desemprego estrutural* de enormes contingentes humanos, os riscos de catástrofes ecológicas etc. – esses dados sinalizam *processos* que, propiciando interpretações diferentes e colidentes, são eles mesmo inegáveis.

<sup>16</sup> Diz Marx no prefácio à primeira edição d’*O capital*: “O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e circulação”. Trata-se de investigar as “leis naturais da produção capitalista”, de descobrir o funcionamento “dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade” (Marx, 2013, p. 78). Ao contrário de interpretações ligeiras, Marx – que, conhecendo Vico, soube distinguir e especificar claramente *natureza* e *sociedade*: esta, supondo aquela, é constituída pela relação entre os homens; transforma aquela, mas não a constitui; as “leis” que as regem não têm estatuto idêntico (cf. Kofler, 1944, caps. 1-2) – não “naturaliza” nada: “leis *naturais* da produção capitalista” são leis *imanescentes a esta forma de produção*: são leis rigorosamente *históricas* (“[...] Cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas”. Marx, op. cit., p. 707). A afirmação segundo a qual se impõem *com férrea necessidade* nada tem de “fatalismo econômico”: expressa apenas que, dadas determinadas condições, resultantes determinadas sobrevirão; provam-no as *crises cíclicas*: dadas as condições da produção capitalista, a resultante – *independentemente da vontade dos sujeitos* que operam tal produção em tais condições – é a crise.



roso e exaustivo de tais tendências, cujas ponderação e expressões na vida social são hoje incontestáveis, constituem o *núcleo duro* da obra marxiana<sup>17</sup>. Também de forma obviamente esquemática, recordo, como anotei noutra oportunidade (Cf. Netto, 2012), a súpula das inferências de Marx calçadas nesse exame exaustivo:

1. o modo de produção capitalista dispõe de extraordinário dinamismo para a produção de riquezas materiais e exerceu historicamente (ainda que por meios bárbaros) um papel civilizador;
2. à medida que se desenvolve, o modo de produção capitalista revela contradições inextirpáveis, que se manifestam nas suas crises periódicas (componente ineliminável da sua dinâmica, elas não o suprimem, mas criam condições para que a intervenção consciente dos trabalhadores possa superá-lo);
3. nessa mesma medida, o papel civilizador do modo de produção capitalista se atrofia e se converte no seu antípoda, a barbarização da vida social;
4. o modo de produção capitalista, a partir da sua plena maturação, engendra fortes tendências ao bloqueio da sua própria dinâmica;
5. o modo de produção capitalista não é a expressão de uma pretensa ordem natural, menos ainda o fim da história: é uma modalidade temporária, transitória e substituível de organização da produção e distribuição das riquezas sociais.

O exame do capitalismo contemporâneo demonstra a exatidão das inferências marxianas acerca do seu desenvolvimento. E esta exatidão não se deve a nenhum “profetismo genial” de Marx: deve-se aos *fundamentos metodológicos*

<sup>17</sup> É surpreendente, para dizer o mínimo, que pesquisadores sérios e talentosos não reconheçam na obra de Marx a apreensão das tendências fundamentais que constituem traços estruturais evidentes e contemporâneos da ordem do capital.

Exemplifico, novamente – e o faço pela importância do seu trabalho e de sua imensa ressonância no Brasil – com Boaventura de Sousa Santos. Este sociólogo, politicamente comprometido com posições progressistas e corajosas, que tem contribuições significativas à análise de aspectos da sociedade contemporânea, constata e examina em várias de suas pesquisas a concentração/centralização do capital, os chamados processos de *exclusão social*, as sequelas da mercantilização da vida social etc.; em suma, ele não é um “pós-moderno de celebração”. Formalmente reconhecendo a relevância de Marx, é, no entanto, capaz de afirmações verdadeiramente espantosas: remetendo-se a desenvolvimentos sociológicos dos anos 1960-1970, de algum modo inspirados em Marx, assinala que em seguida foi dispensada, “por anacrônica, a referência matricial ao marxismo. Se para quase todos os cientistas sociais era claro que *Marx se equivocara nas suas previsões acerca da evolução das sociedades capitalistas*, o mais importante era, no entanto, reconhecer que estas sociedades se tinham transformado a tal ponto desde meados do século XIX que, qualquer que fosse o mérito analítico de Marx no estudo da sociedade do seu tempo, *as suas teorias só com profundas revisões teriam alguma utilidade analítica no presente*”; no mesmo ensaio, escreve mais adiante: “Porque se limitaram a prever variações do presente, Max Weber e Durkheim *falharam menos estrondosamente* que Marx nas suas previsões” (cf. Santos, 1995, na nota 4, *supra*, p. 28 e 34. Os itálicos não são do original).

Uma possível explicação para esse tipo de afirmações talvez resida no medular anti-marxismo do autor que, sintomaticamente, poucos enfrentam; uma voz solitária, entre nós, é M. P. de Melo (2009).

da sua pesquisa – o que permitiu a Marx *explicar e compreender* a estrutura dinâmica (e, portanto, em seus traços essenciais, o evolver) do regime do capital foi o seu *método*, que apreendeu a ordem societária posta pelo regime do capital como *totalidade concreta* de máxima complexidade, constituída por *totalidades de distintas complexidades*, todas moventes pela força de suas *contradições específicas* e articuladas através de complexas redes de *mediações*. Decisiva, em Marx, foi a constituição do método adequado à estrutura do seu objeto; a perdurabilidade deste objeto (o modo de produção capitalista) é que impõe, para o seu conhecimento e a sua crítica radicais, a perdurabilidade da vigência de tal método<sup>18</sup>. Para ser curto e grosso: enquanto se mantiver o regime do capital, o método de Marx será o melhor talhado para a apreensão crítica e radical da sua dinâmica.

(*En passant* e para não evitar um dos “pontos quentes” da polêmica sobre as inferências de Marx no plano sócio-político – a questão da revolução. Desde 1848, Marx (e Engels) descartaram qualquer determinismo ou fatalismo sobre a “inevitabilidade” da superação do regime do capital: todas as suas projeções revolucionárias foram determinadas pela hipótese-diretriz (fundada historicamente) segundo a qual, como se lê expressamente no *Manifesto do partido comunista*, as lutas de classes sempre se concluíram “*ou* com uma transformação revolucionária de toda a sociedade *ou* com a destruição das classes em luta” (Cf. Marx & Engels, 1998, p. 5. Os itálicos não constam do original). Vê-se: não há nenhuma garantia principista da vitória de uma classe. Por isto mesmo, nas condições contemporâneas, não é uma projeção catastrofista imaginar que a inviabilidade de uma transformação revolucionária equivale à destruição da humanidade.)

Marx não foi um economista, mas um cientista que fundou uma *teoria social da ordem burguesa* tomando como *ponto de partida* a análise da produção e reprodução das condições materiais necessárias à produção e reprodução da vida social. Suas inferências, todavia, ultrapassaram o nível da investigação no âmbito econômico-político – donde algumas outras de suas descobertas e prospecções que o capitalismo contemporâneo também demonstra serem credíveis e atuais; apenas duas indicações pertinentes a complexos sociais distintos (mas vinculados): 1º) o Estado burguês como um comitê executivo da classe capitalista – o desempenho dos Estados em face das crises no capitalismo contemporâneo, mesmo no marco de avançadas democracias políticas, vem corroborando sobejamente as formulações marxianas; 2º) a degradação do nível científico e ideológico dos intelectuais que expressam os interesses de classe da burguesia – mais que nunca, no trato das questões econômicas e sociais, corroborando as

<sup>18</sup> É evidente que esta compreensão do método marxiano inscreve-se na órbita do pensamento de Lukács, envolvendo o tratamento diferencial (e parcialmente diverso) que o filósofo ofereceu no ensaio de abertura de seu livro de 1923, *História e consciência de classe* (2003) e no quarto capítulo de sua obra derradeira, *Para uma ontologia do ser social* (2012).

palavras de Marx, “o lugar da investigação desinteressada foi ocupado pelos espadachins a soldo e a má consciência e as más intenções da apologética substituíram a investigação científica imparcial” (Marx, 2013, p. 86)<sup>19</sup>.

Retomo o eixo da minha argumentação.

O pensamento dominante nos “tempos conservadores”, em face da problemática do capitalismo contemporâneo, revelou-se incapaz de oferecer soluções para além da apologia direta; e quando se consideram as correntes pós-modernas, verifica-se que não foram além da apologia indireta ou de proposições utopistas, oferecendo abordagens segmentares daquela problemática<sup>20</sup>. Com a exaustão do primeiro e a insuficiência das segundas, a dinâmica do pensamento teórico (que não se opera e esgota nas nuvens acadêmicas, mas expressa no plano ideal, em maior ou menor escala, o movimento das classes sociais) repôs a exigência de análises radicais (vale dizer: que chegam à raiz dos fenômenos e dos processos). E eis que Marx volta à cena teórica contemporânea.

Estou convencido de que o processo de reinserção de Marx nesta cena não é um raio que repentinamente quebra a serenidade de um céu tranquilo – entre outras razões, resulta também da resistência molecular e atomizada que um significativo elenco de marxistas protagonizou nos últimos quarenta anos (alguns mais velhos, que vinham dos embates dos anos anteriores a 1970 e resistiram ao impacto do colapso do *socialismo real*, outros mais jovens, que se formaram na contra-corrente dos “tempos conservadores”). E se trata mesmo de um efetivo processo em curso, quando se multiplicam – e isto vale, certamente em medida diferencial, para todo o mundo – grupos de estudo e de pesquisa da obra marxiana, seminários e colóquios, publicações de vária ordem.

*E estamos em face de um processo que se revela especialmente na sua produção teórica.* Nos últimos vinte anos, uma consistente documentação de orientação marxista, densificada pelos sinais da crise sistêmica do capitalismo, vem enfrentando, de forma competente e exitosa, quer os problemas fundamentais do capitalismo contemporâneo, quer estabelecendo a crítica ao tratamento a eles conferido por pesquisadores vinculados a outras vertentes teóricas<sup>21</sup>.

Componente crucial dessa documentação – e mesmo do processo referido – são as elaborações da crítica da economia política do capitalismo contemporâneo: as criativas abordagens da mundialização do capital, dos novos dispositivos da sua centralização/concentração, das metamorfoses das relações imperialis-

<sup>19</sup> A problemática aqui envolvida – a da *decadência ideológica* – foi densamente tematizada por Lukács em um ensaio de 1938, “Marx e o problema da decadência ideológica” (Lukács, 2010).

<sup>20</sup> O fato de o pensamento pós-moderno, na sua heterogeneidade, não construir uma teoria social sistemática e abrangente deriva da sua recusa – comum a todas as tendências pós-modernas – da categoria da *totalidade*, rechaçada como anacrônica ou falaciosa. Uma breve aproximação ao tema encontra-se em J. E. Evangelista (2007).

<sup>21</sup> Compreende-se que não seja possível, numa ocasião como esta, elencar sequer uma mínima amostragem dessa produção –, mas a afirmação dispõe de respaldo factual.

tas, da extrema gravitação das atividades financeiras – que subsidiam um novo tratamento analítico do “mundo do trabalho” e da extração de mais-valia, da “questão social” contemporânea etc. Este acúmulo, já constatável na crítica da economia política contemporânea, constituirá a médio prazo a base indispensável para que a agenda marxista avance para cobrir competentemente fenômenos e processos contemporâneos de ordem social e cultural mais específica; nestes âmbitos, apesar de alguns acúmulos relativamente recentes, registra-se um inegável déficit no acervo marxista. E este déficit é tanto mais saliente se se pensa no imenso e fecundo potencial heurístico da obra de Marx para o trato da cultura e no acúmulo realizado por contribuições de marxistas ao longo do século XX<sup>22</sup>.

São as evidências da crise sistêmica do capitalismo que indicam a atualidade do pensamento de Marx. É a realidade mesma que compele à presença de Marx na batalha contemporânea das ideias. É a própria processualidade do regime do capital que convoca interpeladoramente a obra de Marx – como me parece demonstrar o processo em curso. Há, porém, algumas condições que, se não forem atendidas, comprometerão as objetivas possibilidades de êxito deste processo:

1. é preciso *partir* de Marx: daquilo que funda a sua atualidade na vigência do regime do capital – o seu *método*. Aqui, a exigência não é apenas *conhecer* Marx: é conhecê-lo para ir *além dele*: é reconhecer que, em face do capitalismo contemporâneo, Marx é absolutamente *necessário*, mas não é *suficiente*;
2. é preciso resgatar o *estilo de trabalho* de Marx, aberto à processualidade histórica e à elaboração teórica *diferente* sobre ela; o espaço intelectual do marxismo não pode ser ele mesmo – tem de ser constituído na investigação da realidade contemporânea e na interlocução crítica com o pensamento científico contemporâneo;
3. enfim, é preciso romper, de fato, com concepções herdadas de um passado não muito remoto, como aquela que supunha a existência de um marxismo doutrinariamente puro, *verdadeiro e justo*, que conferia a seus auto-intitulados representantes o privilégio da verdade; a tradição marxista deve recuperar o seu caráter polêmico, problemático e problematizante.

Atendidas estas condições, em especial as duas primeiras, será possível estabelecer com rigor *a crítica marxista do próprio Marx*, indicando com precisão os limites da sua obra, distinguindo nela o que é vivo do que é morto, pois que há

<sup>22</sup> Também aqui é necessário um estudo cuidadoso da história do marxismo do século XX (das suas várias correntes) para avaliar o referido potencial. O conhecimento dessa história – para a qual existem numerosas fontes – é, parece-me, componente indispensável para que os jovens pesquisadores orientados pelo marxismo (e não só aqueles voltados para a crítica da cultura) não se pensem partindo do zero para a investigação da contemporaneidade.

que tomar a sua teoria social como um processo em construção, sem prejuízo da sua sistematicidade – e não só porque o saber jamais esgota o ser<sup>23</sup> –: na medida em que seu objeto (o modo de produção capitalista) está em desenvolvimento, a elaboração teórica dele também deve se movimentar. Vale dizer: a partir do método marxiano, é a pesquisa contemporânea que poderá fundar rigorosamente o âmbito de validade das suas descobertas e determinações. Nunca se esqueça que, como toda teoria, também a de Marx não é uma panaceia explicativa, uma chave heurística universal supra-histórica<sup>24</sup>.

Atendidas estas condições, ver-se-á que Marx e sua obra nos são *concretamente* contemporâneos – e continuarão a sê-lo enquanto vigir o regime do capital. E tais condições podem ser controladas e atendidas pelos pensadores que se pretendem inscritos na tradição teórica instaurada por ele.

Há, porém, outra condição sem a qual a contemporaneidade de Marx pode restringir-se a tão somente um processo teórico-cultural: a existência de um forte movimento de massas anticapitalista, orientado para promover a ruptura radical com a ordem burguesa na direção de uma sociedade sem exploração, sem opressão e sem alienação. Mas esta condição, os marxistas não a controlam.

## Referências

- ANDERSON, J. *Considerações sobre o marxismo ocidental: Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ATTALI, J. *Karl Marx ou o espírito do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2007
- BARATA-MOURA, J. *Sobre Lênine e a filosofia: A reivindicação de uma ontologia materialista dialética com projecto*. Lisboa: Avante!, 2010.
- BENOIST, J. M. *Marx est mort*. Paris: Gallimard, 1970.
- CUEVA, A. (org). *Tempos conservadores: A direitização no Ocidente e na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- EAGLETON, T. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- EVANGELISTA, J. E. *Teoria social pós-moderna. Introdução crítica*. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- FUKUYAMA, F. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.
- HOBSBAWM, E. J. “A fortuna das edições de Marx e Engels” in HOBSBAWM, E. J. (org.), *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, I, 1979

<sup>23</sup> Sobre este aspecto crucial, vale recordar o hoje pouco citado Lenin: “O fenômeno é mais rico do que a lei” (Lenin, 2011, p. 140). Reflexões eruditas e instigantes sobre a discutida concepção leniniana do conhecimento encontram-se em J. Barata-Moura, *Sobre Lênine e a filosofia. A reivindicação de uma ontologia materialista dialética com projecto*, 2010.

<sup>24</sup> Nada mais saudável que evocar aqui o velho Engels: “Nossa concepção de história é, no entanto, *acima de tudo, um guia de estudo* e não um guindaste de construção [...]” (carta a C. Schmidt, 5/8/1890 – cf. K. Marx-F. Engels, 1967-2, p. 436. Os itálicos não são originais).

- KUUCINEN, V. O. *et alii*, *Fundamentos do marxismo-leninismo*, Rio de Janeiro: Vitória, 1962.
- HARNECKER, M., *Conceitos elementares do materialismo histórico*. São Paulo: Ed. Global, 1981.
- KOFLER, L. *Die Wissenschaft von der Gesellschaft*. Bern: Francke Verlag, 1944.
- LABICA, G. *Dopo il marxismo-leninismo (tra ieri e domani)*. Roma: Edizioni Associate, 1991.
- LENIN, V. I. *Cadernos sobre a dialética de Hegel*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.
- LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- \_\_\_\_\_. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, I, 2012.
- MARCUSE, H. *O marxismo soviético: Uma análise crítica*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- MARX, K. & ENGELS, F. *Werke*. Berlin: Dietz Verlag, vol. 35, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Werke*. Berlin: Dietz Verlag, vol. 37, 1967 (2).
- \_\_\_\_\_. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, livro I, 2013.
- MELO, M. P. de. “Boaventura de Sousa Santos e anti-marxismo – algumas notas” *in: Revista HISTEDBR Online*. Campinas, nº 39, set.-2009, ([www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/39](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/39)).
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- NETTO, J. P. (org.). *Stalin*. São Paulo: Ática, col. Grandes cientistas sociais, vol. 29, 1982.
- \_\_\_\_\_. Marx por *Monsieur Attali*: a incongruência intelectual como guia”. *Revista Em Pauta*. Rio de Janeiro: UERJ/Revan, nº 21, 2008.
- \_\_\_\_\_. (org.) *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- PAULA, J. A. de. (org.). *O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política*. 1857-1858. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- SANTOS, B. de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. S. Paulo: Cortez, 1995.
- SARTRE, J. P. *Perspectivas do homem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOKAL, A. & BRICMONT, J. *Imposturas intelectuais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- STEDMAN JONES, G. et alli. *Western Marxism. A Critical Reader*. London: Verso, 1978.
- Vv. Aa., *Marx vivo*. Milano: Mondadori, I-II, 1969 (UNESCO).

Recebido em setembro de 2013

Aprovado em março de 2014